

NOTÍCIAS CNTV/VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 09/Ago



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2159 | 2019



NOTÍCIAS SINDVIGILANTES/BA

LUTA PELA APOSENTADORIA ESPECIAL DO VIGILANTE CORPO A CORPO NO SENADO



Nesta quarta-feira (7 de agosto) o Presidente da CNTV – Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes e do Sindvigilantes/BA José Boaventura, junto com o Diretor da CNTV e Deputado Distrital Chico Vigilante esteve à frente de um grande grupo de vigilantes e lideranças da categoria de Brasília e outras partes do país fazendo um apelo aos Senadores para que restituam no Senado a Aposentadoria Especial do Vigilante que foi retirada na Câmara, acatando a proposta de emenda constitucional encaminhada por Bolsonaro.

As lideranças foram recebidas na quarta-feira pelo Presidente do Senado Davi Alcolumbre (DEM/AP) e pelos Senadores Paulo Paim (PT/RS) e Paulo Rocha (PT/PA).

Também conversaram com vários outros Senadores e entregaram a Carta dos Vigilantes pedindo a manutenção da nossa aposentadoria especial.

Jaques Wagner (BA), Marcos do Val (ES), Major Olímpio (SP) foram alguns dos muitos Senadores que falaram com os vigilantes sobre o assunto, na quarta e nesta quinta-feira.

Agora, a batalha no Senado será de todos os vigilantes.

Vigilante, ligue, mande mensagens para os Senadores da Bahia:

- Jaques Wagner -61 3303 6390/6391 – sem. jaqueswagner@senado.leg.br
- Otto Alencar – 61 3303 1464/1467 – otto. alencar@senador.leg.br
- Ângelo Coronel – 61 3303 6103/6105 – sen. angelocoronel@senado.leg.br

Peça por nossa Aposentadoria Especial. É possível. É luta!

SINDVIGILANTES/BA

www.sindvigilantes.org.br

71 3525 6520

Randolfe quer votar Estatuto da Segurança Privada em setembro



Representantes de empresas de segurança, de transporte de valores, de vigilantes e bancos participaram de audiência pública na CTFC para discutir o estatuto, nesta quinta-feira (8)

Geraldo Magela/Agência Senado

Proposições legislativas

• PLS 35/2010

A proibição à participação de bancos nacionais e estrangeiros no capital das empresas de transporte de valores é o ponto mais polêmico do projeto que cria o Estatuto da Segurança Privada e das Instituições Financeiras porque diz respeito à atividade concorrencial e é um “jabuti” na atualização da lei da segurança privada. Mas o problema será

resolvido e a proposta votada em setembro.

Esse foi o encaminhamento dado pelo relator do projeto do estatuto, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), após ouvir os participantes da audiência pública para instruir o SCD 6/2016, nesta quinta-feira (8), na Comissão de Fiscalização e Controle (CTFC).

Randolfe disse ter pressa para votar a atualização da legislação que é da década de 1980, quando não havia celulares, computadores,

cartão de crédito e monitoração e segurança eletrônica. A nova lei vai permitir a retirada da clandestinidade de milhares de profissionais que hoje atuam à margem da fiscalização da Polícia Federal, em atividades irregulares de vigilância, principalmente a eletrônica.

— Há uma controvérsia que nada tem a ver com os vigilantes, no meio de toda a história tem um jabuti, e jabuti em árvore ou foi enchente ou mão de gente. Então vamos resolver o jabuti, vamos tirar da árvore. Temos que nos voltar nesse Senado para os interesses dos que mais precisam, os que não têm emprego no Brasil, os trabalhadores. Vejo uma enorme luta comercial em torno desse projeto, mas minha preocupação está no interesse dos vigilantes, na geração de emprego e nos direitos mínimos deles — afirmou Randolfe.

Valores

Representantes das empresas de transporte de valores argumentaram que a proibição à participação de capital de bancos nacionais e estrangeiros na composição acionária de empresas que fazem a guarda e transporte de valores, como prevê o texto que veio da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 35/2010, fere o princípio constitucional da livre iniciativa e prejudica a concorrência. Eles também reclamaram que essa alteração tão importante foi inserida em Plenário pelos deputados sem que tenha sido discutida e se alcançado o consenso, como em todo o resto do texto, e pediram a retirada dos dispositivos.

— Manter [os dispositivos] afeta o mercado concorrencial. Não significará benefício para a concorrência, com a limitação dos agentes que atuariam no mercado — avaliou Pedro Viotto, da Comissão de Segurança da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Gabriel Damasceno, da Associação Nacional de Segurança e Transporte de Valores (Ansegtv), frisou que o mercado já é muito concentrado, com três empresas dominando 80% do serviço, e restringir a entrada de mais atores aumentará ainda mais essa concentração. Ele sugere que o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) identifique se há cartelização no setor. O Cade foi convidado para a audiência, mas não pode enviar representante.

24 horas

Ruben Schechter, da Associação Brasileira de Transporte de Valores (ABTV), denunciou já haver concorrência desleal no setor com uma empresa, TBForTE, cujos sócios são os maiores bancos públicos e privados do país e que é contratada por eles próprios para reabastecer os caixas eletrônicos da rede Banco 24 Horas, nas maiores cidades e com os melhores contratos. Ele cobrou isonomia ao setor, para que se evite o “domínio de distribuição do mercado”.

Seguranças

Os representantes das empresas de vigilância fizeram um apelo a Randolfe para que apresente o mais rapidamente possível seu relatório à CTFC e o texto seja aprovado. A Lei 7.102, de 1983, que rege a categoria, precisa passar por atualização urgentemente.

Segundo dados há 2.690 empresas atuando de maneira legal e outras mais de 11.200 irregulares, sem fiscalização da Polícia Federal e trazendo insegurança jurídica e riscos para quem contrata esse serviço, especialmente no setor de segurança eletrônica.

— Com a aprovação, há a possibilidade de em cinco anos elas virem para a legalidade ou terem suas atividades encerradas, pois vai haver maior atuação da PF nesse segmento — disse.

Licínio de Moraes Netto, Coordenador-Geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, lembra que os crimes envolvendo a segurança particular estão crescendo, e por isso é necessário um equipamento legislativo mais atual. A questão não é só econômica, mas também de segurança pública e social, já que a população é envolvida e sofre as consequências quando há ataques a carros fortes, a bases de empresas privadas, a aeroportos, como ocorreu recentemente, ou quando há a formação de milícias.

O presidente da CTFC, Rodrigo Cunha (PSDB-AL), prometeu pautar o projeto assim que receber o relatório de Randolfe.

Fonte: Agência Senado

Diretores do SVNIT se reúnem com presidente do Senado



O presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre (DEM), recebeu na tarde desta quarta-feira (07/08) uma comitiva de vigilantes de todo país. Na pauta do encontro, a manutenção da aposentadoria especial da categoria que está ameaçada pela reforma da previdência proposta pelo governo federal.

A delegação foi chefiada pelo presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), José Boaventura, e pelo deputado distrital Chico Vigilante. O senador Paulo Paim (PT) foi quem intermediou o encontro.

Vigilante. Eles estão em Brasília para participar de atos em defesa da aposentadoria especial e de discussões sobre o Estatuto da Segurança Privada.

Os vigilantes argumentaram sobre a necessidade da manutenção do direito à especial alegando que a profissão é desgastante e de alto risco.

Os dirigentes realizam uma verdadeira peregrinação pelo Senador Federal na defesa da aposentadoria especial dos vigilantes. Foram aos gabinetes dos senadores Paulo Paim e Paulo Rocha para tratar as estratégias no corpo a corpo com outros senadores em defesa dos direitos dos vigilantes.

Após os encontros no Senado, os dirigentes participaram de uma reunião na sede da CNTV para avaliar as conversas e traçar as estratégias de novas mobilizações.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Niterói



Cinco diretores do Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis região e cinco do Sindicato dos Vigilantes de Niterói e regiões (SVNIT) participaram da reunião, entre eles o Secretário Geral da CNTV e presidente do SVNIT, Cláudio



ESPIRITO SANTO

Nota de pesar: vigilantes obrigados a cavar a própria cova



O SINDSEG-GV/ES se solidariza com os familiares dos vigilantes do Espírito Santo vítimas de tortura e, provavelmente, mortos e enterrados no último sábado (27), em Cabo Frio (RJ).

Um dos seguranças, Douglas Gonçalves, conseguiu escapar. Ele é mais dois colegas

de trabalho foram capturados por traficantes após, segundo a polícia, serem confundidos com milicianos em Cabo Frio.

Douglas levou Éder para trabalhar em Cabo Frio na área de segurança particular. O terceiro segurança, que ainda está desaparecido junto com Éder, é Luiz Paulo dos Santos França, de 31 anos, natural da Bahia.

As buscas contam com apoio da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, mas, de acordo com Sérgio Caldas, delegado responsável pelo caso, as dimensões da área dificultam o trabalho da operação.

Fonte: SINDSEG GV/ES

RIO GRANDE DO NORTE

Sindsegur convoca assembleia com os vigilantes da Interfort

ASSEMBLEIA
VIGILANTES DA
INTERFORT
QUE TRABALHARAM COMO HORISTAS ENTRE FEVEREIRO DE 2016 A JANEIRO DE 2018
12 DE AGOSTO
7H30
SEDE DO SINDSEGUR
RUA PROFESSOR ZUZA, 729, CIDADE ALTA, NATAL/RN

O Sindsegur convoca os vigilantes da empresa INTERFORT que trabalharam como horistas entre fevereiro de 2016 a janeiro de 2018 a participar de assembleia na sede do Sindicato no dia 12 de agosto de 2019, às 7h30, para deliberar sobre proposta de acordo. Os trabalhadores irão avaliar a proposta feita pela empresa referente ao processo nº 0000375-09.2016.5.21.0041

Fonte: Sindsegur

VIGILANTES ATENTO/CERB: SINDICATO SE REÚNE COM CERB, CONFERE TRCT'S E DÁ O "OK" PARA O PAGAMENTO



A direção do Sindvigilantes/Bahia se reuniu ontem (5/8) com a CERB – Cia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia, recebendo cópias dos Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho – TRCT e das Guia dos 40% dos vigilantes da Atento que trabalharam para a Cerb até o último dia 27/7/2019. A reunião foi a pedido da Cerb. O Sindicato, no mesmo dia, realizou as conferências básicas, dando o “OK” nos documentos e valores, liberando tudo para o pagamento direto aos vigilantes, ressaltando que a Cia. deve manter a retenção do saldo devido a empresa para quitação de qualquer complemento alegado pelo vigilante no momento da homologação ou assinatura da rescisão.

A bola agora está com a Cerb.

Com a lei anticálote, as verbas rescisórias do trabalhador ficam retidas e se a empresa alega que não tem como pagar as verbas rescisórias, o contratante paga, devendo o Sindicato realizar as conferências básicas e o órgão realizar os pagamentos direto ao vigilante.

Os colegas da Atento/Cerb podem entrar em contato com o Sindicato ou com o Delegado Sindical e solicitar cópia do seu TRCT ou da guia dos 40% para qualquer observação e correções.

É o seu Sindicato cuidando do seu direito e ligado nos caloteiros.

Anticálote neles!

Fonte: Sindvigilantes BA

Enquanto Bolsonaro distrai país com bobagens, brasileiros se endividam cada vez

Banco Central revela que taxa de endividamento de famílias brasileiras atingiu o maior nível em três anos. Sem emprego, fazendo bicos ou aceitando vaga informal, trabalhadores deixam de pagar contas



A falta de medidas concretas do governo de Jair Bolsonaro (PSL) para aquecer a economia e gerar emprego e renda, as altas taxas de desemprego, a precarização do mercado de trabalho, e o aumento da informalidade, que bateu recorde em junho, têm levado cada vez mais trabalhadores a se endividar e parar de pagar as contas. Enquanto isso, Bolsonaro se ocupa em distrair o país com grosserias, ataques como o que fez ao presidente da OAB,

Felipe Santa Cruz, e bobagens como a afirmação de que não tem fome no Brasil.

De acordo com dados do Banco Central (BC), a taxa de endividamento das famílias em relação à renda acumulada em 12 meses em maio – dado mais recente - chegou a 44,04% - o maior desde abril de 2016 (44,2%). Em maio de 2018 taxa de endividamento chegou a 41,9% e, em abril de 2015, a 46,8%, segundo reportagem do Valor Econômico.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), confirma o dado do BC e amplia a análise sobre a difícil situação financeira dos brasileiros. Confira aqui a análise completa da pesquisa.

Segundo a CNC, em julho deste ano, aumentou para 64,1% o percentual de famílias com dívidas. Elas não conseguiram pagar os cheques pré-datados, faturas de cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro. Em julho de 2018, a taxa era de 59,6% do total de famílias.

Não têm condição de pagar

A proporção de famílias que declararam não ter condições de pagar suas contas ou dívidas em atraso e que, portanto, permaneceriam com os nomes sujos, impossibilitadas de conseguir crédito, passou de 9,5% em junho de 2019 para 9,6% em julho, apresentando alta também em relação aos 9,4% verificados em julho de 2018.

Muito endividadas

Também aumentou entre os meses de junho e julho deste ano o percentual de famílias que se declararam muito endividadas - de 13,0% para 13,3%.

Tempo médio de atraso

Entre as famílias com contas ou dívidas em atraso, o tempo médio de atraso foi de 64 dias em julho de 2019 – superior aos 62,9 dias de julho de 2018. O tempo médio de comprometimento com dívidas entre as famílias endividadas foi de 7 meses, sendo que 32% delas estão comprometidas com dívidas por mais de um ano.

Comprometimento da renda

Ainda entre as famílias endividadas, a parcela média da renda comprometida com dívidas aumentou, na comparação anual, de

29,5% em julho de 2018 para 29,9%, em julho de 2019, e 21,1% delas afirmaram ter mais da metade de sua renda mensal comprometida com pagamento de dívidas.

Por faixa de renda

Entre as faixas de renda pesquisadas, os que ganham menos, devem mais. Para as famílias que ganham até dez salários mínimos, o percentual de famílias com dívidas alcançou 65,4% em julho de 2019, superior aos 64,9% do mês anterior e também maior do que julho de 2018 (60,8%).

Já entre as famílias com renda acima de dez salários mínimos, o percentual de endividamento diminuiu entre junho de 2019 e julho de 2019, de 60,1% para 58,7%. Em julho de 2018, o percentual de famílias com dívidas nesse grupo de renda era de 54,1%.

Vilão

O cartão de crédito continua sendo apontado em primeiro lugar como um dos principais tipos de dívida por 78,4% das famílias endividadas, seguido por carnês, para 16,2%, e, em terceiro, por financiamento de carro, para 10,2%. Para as famílias com renda até dez salários mínimos, o cartão de crédito, por 78,9%, carnês, por 17,2%, e financiamento de carro, por 8,6%, foram os principais tipos de dívida apontados.

Entre as famílias com renda acima de dez salários mínimos, o cartão de crédito também aparece em primeiro lugar como principal responsável pelo endividamento - 76,5% dos entrevistados. Em segundo lugar está o financiamento da casa própria (18,1%), e em terceiro o financiamento do carro (17,9%).

Fonte: RBA

Reforma' da Previdência chega ao Senado. E pode piorar, segundo analista

Relator do projeto na Casa é dono da maior fortuna entre os 81 senadores, com quase R\$ 400 milhões declarados. Proposta de capitalização pode voltar



Alcolumbre (à esq.) recebe de Maia texto aprovado na Câmara: previsão de votação em até dois meses

São Paulo – O Senado recebeu na tarde desta quinta-feira (8) o projeto de “reforma” da Previdência, aprovado em dois turnos na Câmara com larga margem. A previsão é de que o texto seja lido no plenário para já seguir à análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). As últimas tentativas de modificar a proposta, por meio de destaques, foram derrubadas no segundo turno. E existe a possibilidade de que o texto fique ainda pior do ponto de vista do trabalhador, como alerta o analista político Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. O relator será Tasso Jereissati (PSDB-CE), que segundo o site Congresso em Foco é, entre os 81 senadores, dono da maior fortuna informada à Justiça Eleitoral, com R\$ 389 milhões, entre bens e patrimônio declarados.

Entregue pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a seu colega no Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o texto-base chega sem alterações. No primeiro turno da Câmara, foi aprovado por 379 a 131 votos. No segundo,

ontem, por 370 a 124. No Senado, depois da CCJ – que tem prazo de 30 dias para fazer a análise e votar –, o projeto também precisa ser aprovado em dois turnos, com dois terços dos votos do plenário (54).

Entre outras mudanças, a proposta aumenta o tempo para ter direito à aposentadoria, reduz valores e impõe regras de transição para quem está na ativa. Tasso já declarou que pretende aprovar o “coração” da proposta “o mais rápido possível”. A expectativa é de concluir a votação em até dois meses. A oposição tentará atrasar a tramitação.

“Zero de possibilidades de melhorar”, disse Toninho, do Diap, em entrevista à Agência Sindical. “Mas é forte a chance de haver retrocessos em relação ao texto aprovado pelos deputados. O risco de abranger a capitalização volta a ser grande. governo tem maioria ampla”, alertou. A capitalização, defendida pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, acabou excluída do projeto aprovado na Câmara.

Fonte: Agência Senado

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF